ISSN: 2358-8829

ENTRE GÊNERO E CLASSE SOCIAL: MECANISMOS DE PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES NA INFÂNCIA

Mikaelly Celina Fidelis dos Santos [1]
Leticia Caroline Silva Freire[2]

RESUMO

A compreensão da infância exige reconhecer que essa etapa da vida não se constitui de forma homogênea, sendo atravessada por determinações sociais que produzem experiências desiguais entre as crianças. Embora estudos sobre infância tenham avançado, ainda são limitadas as análises que articulam as relações entre gênero e classe social na explicação dos processos que estruturam desigualdades. Nesse contexto, o estudo tem como objetivo analisar os mecanismos de produção das desigualdades na infância, considerando a articulação entre gênero e classe social na estruturação das experiências infantis. A análise fundamenta-se nas contribuições de Bourdieu (2003), sobre os mecanismos de reprodução social e a incorporação de disposições socialmente construídas, e Louro (2014), ao compreender o gênero como construção social que organiza práticas, normas e expectativas. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, orientada pela articulação crítica de referenciais teóricos, conforme Minayo (2002) e Gil (2010). O corpus foi constituído por produções acadêmicas, incluindo artigos, dissertações e teses, com ênfase em produções recentes, das áreas da educação, selecionadas com base em critérios de relevância temática e pertinência ao objeto, mediante buscas em bases como Periódico CAPES e SciELO. A análise seguiu abordagem interpretativa, inspirada na análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que as desigualdades na infância são produzidas por mecanismos que operam nos planos material e simbólico, articulando a distribuição desigual de recursos à produção de disposições socialmente construídas. Gênero e classe social atuam de forma interdependente na delimitação de oportunidades, contribuindo para a naturalização de hierarquias sociais. A socialização infantil configura-se como espaço central de incorporação dessas disposições, enquanto escola e família se constituem como instâncias de reprodução e tensionamento. Conclui-se que a análise articulada entre gênero e classe social é fundamental para a compreensão crítica das desigualdades na infância e para a identificação de possibilidades de enfrentamento no campo educacional.

Palavras-chave: Infância, Gênero, Classe Social, Desigualdades, Socialização.

1. INTRODUÇÃO

A infância, historicamente capturada por discursos românticos, universalistas e essencialistas que a definem como um período homogêneo, linear e imune às contradições políticas e econômicas do mundo adulto, demanda uma rigorosa e

[1] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, mikaellycelina33@gmail.com;
[2] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, leticiafreire415@gmail.com;

ISSN: 2358-8829

inadiável revisão sociológica e pedagógica. A compreensão científica e crítica da infância exige reconhecer, fundamentalmente, que essa etapa da vida humana não se constitui de forma uniforme. Ao contrário, ela é profundamente fraturada e atravessada por determinações sociais estruturantes que produzem vivências e experiências radicalmente desiguais entre as crianças. Embora os estudos no campo da Sociologia da Infância e da Psicologia do Desenvolvimento tenham avançado significativamente nas últimas décadas no Brasil, ainda se revelam lacunares e limitadas as análises que articulam, de forma interseccional e dialética, as relações imbricadas entre o gênero e a classe social na explicação dos processos capilares que estruturam essas desigualdades.

As experiências lúdicas, o acesso a bens culturais, o desenvolvimento da autoeficácia, a alimentação, a segurança psicossocial e a ocupação dos espaços institucionais pelas crianças não ocorrem em um vácuo social ou sob o império de uma pura igualdade natural. Elas são coordenadas por estruturas invisíveis, mas perversas, que organizam a distribuição de recursos materiais e os modos de reconhecimento simbólico. Quando a literatura acadêmica ou as propostas pedagógicas analisam o marcador de gênero isoladamente da classe social, ou vice-versa, corre-se o risco de produzir uma simplificação teórica estéril que apaga a complexidade das opressões vividas no cotidiano infantil. A vulnerabilidade de classe social potencializa as amarras de gênero, assim como as normas de gênero reconfiguram as trajetórias e oportunidades de classe, operando como engrenagens síncronas de exclusão e dominação.

Nesse cenário complexo e multifacetado, o presente estudo tem como objetivo geral analisar os mecanismos de produção das desigualdades na infância, considerando a articulação interdependente entre gênero e classe social na estruturação das experiências infantis. Justifica-se a realização deste artigo pela urgência política e pedagógica de desnaturalizar os destinos sociais das crianças, fornecendo subsídios teóricos e metodológicos para que educadores possam identificar e combater a reprodução automática dessas assimetrias no interior das instituições escolares. A educação, para constituir-se verdadeiramente como um espaço estratégico de emancipação humana e transformação, precisa primeiro desvelar os mecanismos simbólicos e materiais que aprisionam e governam os sujeitos desde os seus primeiros anos de vida.

ISSN: 2358-8829

Para cumprir esse propósito analítico, este trabalho organiza-se em seções interdependentes. Primeiramente, expõe-se o aporte teórico que sustenta a leitura crítica da reprodução social, da construção social do gênero e dos múltiplos arranjos da socialização contemporânea. Em seguida, descrevem-se os procedimentos metodológicos qualitativos e o mapeamento do corpus bibliográfico. Por fim, apresentam-se os resultados da pesquisa por meio de um amplo debate interpretativo que tensiona o papel da família, da escola e da cultura de pares, culminando em considerações finais que propõem caminhos para o enfrentamento dessas disparidades no campo educacional.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Os mecanismos de reprodução social, a incorporação do habitus e a socialização plural

Para decodificar as bases materiais e simbólicas que sustentam as disparidades de classe na infância, as formulações sociológicas de Pierre Bourdieu oferecem uma chave analítica indispensável. Bourdieu (2003) discute exaustivamente os mecanismos de reprodução social, demonstrando que as instituições oficiais, como a escola, operam legitimando e chancelando as desigualdades de origem socioeconômica sob o manto de uma falsa neutralidade ou meritocracia universal. O conceito de *habitus* surge como o núcleo dessa engrenagem: um sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturadas e estruturantes, que funciona como uma matriz prática através da qual os indivíduos percebem, apreciam, classificam e agem no mundo social.

Na infância, o *habitus* é incorporado de maneira molecular, silenciosa, sensória e contínua. Por meio das interações intrafamiliares primárias, as crianças internalizam esquemas corporais, variantes linguísticas, gostos estéticos, preferências de consumo e posturas que correspondem exatamente à posição ocupada por seus núcleos familiares no espaço social. O capital econômico da família converte-se, assim, em capital cultural incorporado. Bourdieu (2003) adverte que essa incorporação precoce naturaliza as estruturas sociais: a criança de classe dominante incorpora a segurança e o domínio dos códigos legítimos como um "dom" natural e biológico, enquanto a criança das classes

ISSN: 2358-8829

populares internaliza as fronteiras do que é "impossível", "inadequado" ou "inacessível" para si, perpetuando a pirâmide social sem a necessidade de coerção física direta.

Ampliando essa perspectiva sociológica para as sociedades contemporâneas, Setton (2002) adverte que o processo de formação da criança é marcado por uma "socialização plural". Isso significa que a família já não detém o monopólio da transmissão cultural primária; ela divide e tensiona esse espaço com a escola, os meios de comunicação de massa e, contemporaneamente, com as mídias digitais e redes sociais. Segundo Setton (2002), essa pluralidade de agências injeta no *habitus* infantil uma série de referências culturais híbridas e muitas vezes contraditórias. Contudo, a classe social de origem funciona como o filtro estruturante primordial que valida, restringe ou ressignifica a apropriação dessas mensagens e bens simbólicos, determinando quais disposições serão reforçadas ou silenciadas no cotidiano da criança.

2.2 O gênero como construção social e dispositivo normativo de controle dos corpos

De forma simultânea, concomitante e interseccional ao *habitus* de classe, os corpos infantis são capturados, regulados e modelados pelas tecnologias de gênero. Rompendo com visões biológicas, anatômicas ou funcionalistas, Louro (2014) conceitua o gênero como uma construção social profunda, histórica e onipresente que organiza de ponta a ponta as práticas, as normas, as proibições, as sanções e as expectativas sociais. De acordo com a autora, as identidades de gênero não são dadas pela natureza ou determinadas deterministicamente pela genitália dos sujeitos, mas são continuamente fabricadas, vigiadas, ensinadas e fixadas por meio de discursos linguísticos, rituais institucionais e arranjos culturais cotidianos.

Desde o momento do nascimento, e muitas vezes antes dele, nos rituais de revelação, a instituição familiar e a sociedade acionam um binarismo rígido que dita de forma compulsória os brinquedos permitidos, as cores adequadas, os afetos tolerados e as posturas corporais legítimas para meninos e meninas. Louro (2014) demonstra que o aprendizado do gênero opera como um dispositivo disciplinar contínuo que estabelece hierarquias severas de poder. Meninos são estimulados à expansão espacial, à agressividade controlada, à autonomia, à racionalidade e ao domínio técnico; meninas,

ISSN: 2358-8829

em contrapartida, são historicamente empurradas para a contenção corporal, para a passividade, para o cultivo da estética e para as funções do cuidar e do ambiente doméstico.

Para compreender a profundidade física dessa modelagem cultural, a contribuição teórica de Michel Foucault (1979) assume centralidade analítica. Ao investigar a constituição das instituições disciplinares modernas, Foucault (1979) cunha o conceito de "corpos dóceis" para explicitar como os saberes e poderes sociais adestram, examinam, configuram, vigiam e padronizam os movimentos, os gestos e as posturas dos indivíduos. No universo da infância, a generificação sutil e o binarismo normativo atuam exatamente como essa tecnologia disciplinar foucaultiana: operando uma verdadeira governamentalidade biopolítica sobre os corpos infantis, ensinando os limites físicos da voz, do movimento e do desejo de acordo com o sexo atribuído. Esse adestramento limita e deforma o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas caso não seja sistematicamente tensionado e desconstruído pela ação pedagógica consciente.

3. METODOLOGIA

O percurso metodológico desenhado para a sustentação, fundamentação e validação científica deste estudo está firmemente ancorado nos pressupostos teórico-epistemológicos da abordagem qualitativa de pesquisa. Conforme aponta pedagogicamente Minayo (2002), a investigação qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes das relações humanas. Esse nível de realidade corresponde a um espaço mais profundo, subjetivo e polissêmico das relações sociais que não pode ser adequadamente reduzido à quantificação numérica de dados, à mensuração estatística ou a modelos matemáticos isolados.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos e operacionais, esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e analítico, orientada pela articulação crítica de referenciais teóricos. De acordo com os ensinamentos metodológicos de Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida e estruturada a partir de material científico já elaborado por outros pesquisadores,

ISSN: 2358-8829

constituído essencialmente de livros científicos, teses, dissertações e artigos de periódicos indexados. Esse procedimento metodológico confere ao investigador a capacidade de cobrir uma gama de fenômenos socioeducativos significativamente mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente em campo de forma isolada, propiciando o exame de temas complexos sob novas lentes e cruzamentos epistemológicos.

O corpus da pesquisa foi constituído rigorosamente por produções acadêmicas nacionais das áreas da educação e da sociologia, selecionadas com base em critérios estritos de relevância temática e pertinência ao objeto de estudo, conferindo ênfase a produções recentes (publicadas nos últimos cinco anos). O levantamento foi realizado por meio de buscas sistematizadas em duas das mais importantes bases de dados do país: o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a biblioteca eletrônica SciELO. Foram cruzados descritores booleanos combinados, tais como "infância AND gênero", "classe social AND desigualdade" e "educação infantil AND habitus". A análise do material selecionado seguiu uma abordagem interpretativa de cunho crítico, inspirada nos pressupostos metodológicos da análise de conteúdo, o que permitiu categorizar os dados e identificar as convergências, divergências e contradições presentes nas instâncias de socialização da infância.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO: OS PLANOS MATERIAL E SIMBÓLICO DAS ASSIMETRIAS

A análise interpretativa do corpus bibliográfico e documental evidencia com clareza que as desigualdades na infância não decorrem de determinismos biológicos ou dons inatos, mas são ativamente produzidas por mecanismos sociopolíticos complexos que operam de maneira simultânea em dois planos indissociáveis: o material e o simbólico. Esses mecanismos articulam a distribuição desproporcional de recursos econômicos à produção subjetiva de disposições socialmente construídas, demonstrando que gênero e classe social atuam de forma interdependente e mútua na delimitação de oportunidades existenciais e na naturalização de hierarquias sociais desde a primeira infância.

ISSN: 2358-8829

No plano material, os resultados revelam que a classe social de origem dita a qualidade do ambiente físico, o acesso a insumos tecnológicos e pedagógicos e o tempo disponível para a vivência plena da infância. Dados e relatórios de monitoramento global emitidos por agências internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2021) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2022), trazem evidências empíricas incontestáveis de que a escassez de capital econômico expõe as crianças a ambientes de privação material severa que afetam diretamente a arquitetura cerebral e o desenvolvimento cognitivo. No entanto, quando essa realidade material é cruzada dialeticamente com a variável de gênero, a desigualdade ganha contornos específicos e cruéis.

Nas classes populares (baixa classe social), observa-se uma precoce, rígida e violenta divisão sexual do trabalho doméstico no seio familiar: as meninas são rotineiramente sobrecarregadas com tarefas de limpeza, preparação de alimentos e cuidado com os irmãos mais novos. Esse arranjo confina seus corpos ao espaço privado do lar e restringe de forma severa o seu tempo de brincar, a sua socialização externa e a sua dedicação aos estudos escolares. Em contrapartida, os meninos pertencentes às classes populares são empurrados de forma precoce para o espaço público das ruas e para o mercado de trabalho informal de subsistência como indicadores compulsórios de virilidade física e provedoria financeira familiar. Esse fenômeno eleva substancialmente os índices de absenteísmo, distorção idade-série e evasão escolar masculina nas etapas subsequentes da Educação Básica.

No plano simbólico, os mecanismos de socialização operam fixando o *habitus* de forma tão profunda que as desigualdades passam a ser percebidas como legítimas, normais ou naturais pelas próprias crianças e pelos adultos que as cercam. Conforme as formulações de Louro (2014) sobre o funcionamento do currículo oculto, as expectativas intelectuais e profissionais dos educadores são diretamente afetadas por esses marcadores interseccionais. Estudos desenvolvidos pela OECD (2021) revelam que, a partir dos 5 anos de idade, as crianças já incorporaram estereótipos culturais de que o brilhantismo intelectual, a genialidade e a liderança técnica são atributos predominantemente masculinos, enquanto as mulheres estariam ligadas à docilidade e à sensibilidade afetiva.

ISSN: 2358-8829

Essa reprodução sutil é agravada pelas características estruturais da própria instituição escolar. Conforme adverte Yannoulas (2013), o campo da Educação Infantil é historicamente marcado pela feminilização do magistério. Essa associação quase exclusiva entre o cuidado da criança pequena e a figura feminina, muitas vezes justificada socialmente como uma extensão "natural" da maternidade e remunerada de forma precarizada, transmite às crianças, por meio do exemplo institucional cotidiano, a ideia de que as funções de cuidado possuem menor prestígio econômico e são de responsabilidade exclusiva das mulheres, reforçando as barreiras de gênero e classe identificadas por Bourdieu (2003).

Para mapear e tensionar a atuação das instâncias formadoras frente a esses fluxos de reprodução e opressão, a matriz analítica a seguir sintetiza os principais achados da pesquisa:

Instância Socializadora	**Mecanismos de Reprodução (Conservação de Hierarquias)**	**Mecanismos de Tensionamento e Resistência**
Família (Bourdieu; Setton)	Divisão sexual das tarefas do lar; imposição de brinquedos generificados binários; consumo acrítico de mídias corporativas passivas.	Democratização das responsabilidades domésticas; oferta de materiais lúdicos de ponta aberta; mediação crítica do consumo de mídia.
Escola - Currículo Oculto (Louro; Foucault; Yannoulas)	Tolerância a discursos machistas; segregação espacial (filas/pátio); naturalização do trabalho precário de cuidado feminilizado.	Práxis pedagógica não-sexista; reorganização democrática e neutra dos espaços; valorização científica do fazer pedagógico.

ISSN: 2358-8829

Cultura de Pares (Corsaro)	Patrulhamento mútuo de condutas; exclusão e violência simbólica contra crianças que rompem as normas hegemônicas.	**Reprodução Interpretativa:** ressignificação coletiva de regras; invasão criativa de espaços segregados e novos usos de brinquedos.

Os resultados do corpus bibliográfico indicam que a escola da Educação Infantil, longe de configurar-se como um espaço neutro ou puramente lúdico, funciona muitas vezes como um espelho amplificador das opressões estruturais externas. A organização arquitetônica e espacial do pátio escolar e das salas de aula funciona como uma expressão clara da microfísica foucaultiana do poder: meninos tendem a dominar de forma expansiva, ruidosa e central o espaço físico das quadras poliesportivas com jogos de futebol e atividades físicas de alta intensidade energética. Esse domínio empurra as meninas e os meninos que não performam a masculinidade hegemônica para as margens geográficas e físicas do pátio, confinando-os a atividades de baixo impacto (como conversas, desenhos ou jogos estáticos).

Quando a equipe docente se omite ou silencia diante dessa segregação espacial, ou quando reproduz expressões linguísticas que associam a fragilidade às meninas ("parece menina") e a força aos meninos, ela chancela a violência simbólica de que trata Bourdieu (2003).

Contudo, a fim de evitar uma visão puramente funcionalista ou determinista onde as crianças figuram como vítimas passivas do poder adulto, as contribuições da Sociologia da Infância de William Corsaro (2011) revelam que a infância é um espaço de agência e contestação. Por meio do conceito de *reprodução interpretativa*, Corsaro (2011) demonstra que as crianças participam ativamente da sociedade: elas não apenas internalizam a cultura que as cerca, mas a reinterpretam, transformam e desafiam de forma coletiva em suas culturas de pares.

A literatura científica analisada registra momentos contundentes dessa resistência interpretativa no cotidiano escolar: episódios em que grupos de meninas invadem coletivamente a quadra de futebol e renegociam as regras de participação com

ISSN: 2358-8829

os meninos, ou momentos em que os meninos inserem de forma criativa carrinhos e ferramentas mecânicas nas brincadeiras de casinha. Quando as educadoras intervêm intencionalmente como mediadoras críticas desses conflitos, incentivando a plasticidade de papéis e rompendo com o binarismo dos brinquedos, a escola fratura a linearidade da reprodução social, abrindo fissuras no *habitus* incorporado e permitindo que as crianças construam identidades mais livres, autônomas e emancipadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta abrangente e robustecida investigação de cunho crítico-bibliográfico permitiu compreender que as desigualdades na infância não se constituem de forma acidental, biológica ou fragmentada, mas são o produto histórico de uma engrenagem sofisticada que articula materialidade econômica e simbolismo cultural. Longe de ser um território homogêneo de igualdade democrática, a infância configura-se como o espaço central e primordial de incorporação de disposições corporais e mentais que tendem a perpetuar a pirâmide social através do entrelaçamento contínuo, asfixiante e interseccional entre gênero e classe social.

Ficou evidente, a partir do diálogo conceitual expandido entre Bourdieu, Louro, Foucault, Setton e Corsaro, que a análise articulada entre esses marcadores sociais da diferença é absolutamente fundamental para a compreensão crítica das desigualdades contemporâneas. Desconsiderar a clivagem de classe social ao debater as relações de gênero produz uma pauta abstrata, elitista e descolada da realidade; em contrapartida, desconsiderar o gênero ao debater a luta de classes apaga as violências específicas, corporais e subjetivas que moldam os corpos de meninos e meninas nas periferias urbanas. A família, a escola e os meios de comunicação, como primeiras agências de socialização, carregam a responsabilidade histórica tanto de legitimar e conservar essas hierarquias quanto de oferecer resistência política e pedagógica a elas.

Conclui-se que a identificação de reais possibilidades de enfrentamento no campo educacional passa pela rejeição definitiva de posturas pedagógicas passivas, omissas ou pretensamente neutras. Para que a escola cumpra a sua função social radicalmente democrática, faz-se urgente e imperiosa a implementação de uma práxis pedagógica intencional, crítica, transformadora e emancipatória. Essa práxis deve

ISSN: 2358-8829

reorganizar democraticamente os espaços de brincadeira, combater implacavelmente o currículo oculto da discriminação e valorizar a pluralidade de saberes e vivências das classes populares. É por meio de uma educação que confronta diretamente as amarras de gênero e classe desde a mais tenra infância que se pavimentou o caminho para a edificação de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e de uma sociedade verdadeiramente justa, igualitária, solidária e emancipada.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1979.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva feminista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD). **Tackling Gender Inequality from the Early Years**: Strategies for building a gender-transformative pre-primary education system. Paris: OECD Publishing, 2021.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 60-70, 2002.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Gender Equality from the Early Years**. New York: UNICEF, 2022.

ISSN: 2358-8829

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Trabalhadoras**: análise da feminilização nas profissões e ocupações da saúde e educação. Brasília: SOF, 2013.